

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente do Conselho*

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

MAURO GUIMARÃES — *Diretor*

MARCOS SÁ CORREA — *Editor*

FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*

ANE

La Nave Va

10.

Estão sendo criadas, com uma velocidade superior à capacidade política de resolvê-las, condições sociais ameaçadoras de uma grande crise. Uma nação pode passar algum tempo sem ter esperanças, desde que tenha certezas sobre o seu futuro imediato. O Brasil só está vivendo de incertezas, e não consegue reencontrar a esperança de soluções modernas.

Há uma crise moral que abala os fundamentos de qualquer proposta política. Falta credibilidade a quem quer que seja para propor uma convergência de compromissos econômicos, porque não houve lealdade nas tentativas anteriores. Todas as dificuldades são repassadas à sociedade, enquanto o Estado se isenta de sacrifícios elementares. Mesmo as suas obrigações de conter gastos ou sanear o orçamento desequilibrado por um déficit monstruoso são sistematicamente negligenciadas.

Como se fosse pouco, a Constituinte entrou em cena para confundir os sentimentos nacionais e ampliar uma nuvem que sobrecarrega de ameaças a própria atividade econômica. A inflação é, por si só, um fator de desagregação social e moral. Os políticos perderam a noção do perigo e se lançaram a uma imprudente competição de interesses personalizados. O resultado foi a transformação da Constituinte numa feira livre, onde os *lobbies* se sentiram autorizados a tirar a máscara e trabalhar às claras.

A sociedade continua impedida de agir, mas não impedida de analisar os comportamentos e tirar conclusões. Viu-se o presidente da República anunciar que, a partir da vitória que o *Centrão* lhe assegurou na Constituinte, iria fazer um partido de sustentação do governo. No passo seguinte optou por um bloco parlamentar, para não ferir as suscetibilidades dos políticos que se revezam ao seu lado, pois o bloco pressupunha a incorporação de pedaços dos partidos. Agora, com o naufrágio do *Centrão*, como fica a sustentação do governo? Dependendo do pagamento antecipado de favores para ter votos a seu favor no Congresso?

O *Centrão* já entregou o que tinha a oferecer, e nada sobrou. Nem mesmo a honra. Deu o seu voto em favor do presidencialismo e do mandato de cinco anos. Agora se compôs fisiologicamente com as teses mais perniciosas das esquerdas, nas composi-

ções dos interesses mais cartoriais e antidemocráticos de que há notícia no país. Se transformar esse amontoado de interesses num partido de sustentação, o governo estará pior do que hoje.

Não há como evitar o sobressalto a cada episódio de votação na Constituinte. A cada recuo do governo, em seus melhores propósitos, a opinião pública se sente golpeada na sua reserva de esperança. Os cidadãos se vêem coagidos pela voracidade tributária do governo, que se sente autorizado a nivelar por baixo uma sociedade desigual na distribuição da renda. Mas é desse desnivelamento que vive o mercado. Estrangular o poder aquisitivo dos cidadãos não melhora a situação de caixa do governo, e não restaura o equilíbrio orçamentário. Não basta aumentar a receita, se a despesa continua escancarada a gastos perdulários.

O Congresso, em suas atribuições constituintes e nos seus eventuais, custa uma fábula que ofende os brios da nação contribuinte. Tanto mais que o imposto de renda, ao apertar as suas garras sobre o segundo rendimento do trabalho, despiu o Congresso: os constituintes deixaram para pagar o imposto de renda somente depois que entrar em vigor a nova constituição. Tratando-se de imoralidade o privilégio, os constituintes não tinham que esperar, e sim dar o exemplo. Os trabalhos da Constituinte vão se prolongando indefinidamente e prolongando o privilégio.

É extremamente difícil ao cidadão acreditar que possam terminar bem uma assembléia soberana em seus interesses fisiológicos e um governo igualmente insensível. Na rota do Brasil há obstáculos que os políticos não querem ver, e até colaboram para atirar a nação sobre eles. Os escândalos do Executivo são tão chocantes quanto os do Legislativo.

Os receios são de que esse padrão inferior de democracia — se é que essa desorganizada liberdade, exercida sem consciência e sem responsabilidade, pode ser considerada democracia — não agüente a tarefa. A proporção que aumenta o receio quanto à fraqueza da situação política, aumenta muito mais depressa o receio de que venha a ocorrer a necessidade de soluções que não passem pela Constituinte, e precisem de consenso obtido em emergência.